

**HABEAS CORPUS Nº 565.802 - SP (2020/0061404-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO FELIX FISCHER**  
**IMPETRANTE** : AURÉLIO PAJUABA NEHME E OUTROS  
**ADVOGADOS** : AURÉLIO PAJUABA NEHME - MG081446  
TAMARA DE PAULA RODRIGUES - MG145529  
LUCAS SILVEIRA PORTES - MG157120  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO  
**PACIENTE** : AMILTON BUTINHOLI

**DECISÃO**

Trata-se de Habeas corpus, substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em favor de AMILTON BUTINHOLI, contra v. acórdão prolatado pelo eg. **Tribunal Regional Federal da 3ª Região**.

Depreende-se dos autos que o paciente teve a prisão preventiva decretada pela suposta prática dos crimes de estelionato majorado, falsidade material e ideológica, lavagem de dinheiro e organização criminosa no âmbito da denominada operação *Fake Money*. Em na sessão de julgamento realizada em 27/09/2019, o Tribunal **a quo**, por unanimidade, concedeu a ordem de habeas corpus em favor do paciente confirmando a decisão liminar que determinou sua soltura e mantendo as medidas cautelares previstas no art. 319, I, II, III, VI e VIII, e no art. 320, todos do Código de Processo Penal, em substituição à sua prisão preventiva (fl. 2005).

Nesse writ, alega a Defesa que *"Se acima, defendeu que o longo decurso de tempo, entre a data dos fatos e os dias atuais, havia fulminado os riscos para a ordem pública ou econômica, e que não haviam provas de que solto, o paciente poderia vir a prejudicar eventual e futura instrução ou, ainda, oferecer risco à aplicação da lei penal, também não subsiste fundamentos para outras cautelares menos gravosas"* (fl. 11).

Argumenta que *"Inexistindo fundamentação concreta ou, ainda, exposição prévia, de fatos relacionados a cada um dos diversos réus, que justifiquem as cautelas decretadas, está-se diante de decisão genérica"* (fl. 12).

Pondera que *"o valor exorbitante pago a título de fiança deixou o*

*paciente, a mercê da própria sorte, obrigado a se submeter à empréstimos. Não há esforço que seja pouco quando se vê acometido injustamente pelos grilhões dos cárceres brasileiros" (fl. 14).*

*Aduz que: "as medidas cautelares subsistem há mais de uma ano e seis meses, sem que tenham sido descumpridas pelo paciente. Fica evidente, portanto, que o periculum libertatis não mais está presente, não há risco algum para a persecução penal, assim como, já demonstrou que não irá se furtar de comparecer a todos os atos do processo" (fl. 15) .*

*Salienta que: "Como se não bastasse, tem-se ainda que a exordial acusatória imputa ao paciente condutas muito menos graves que aquelas atribuídas ao acusado PAULO BRUNETTI, e, no entanto, este recebeu tratamento mais benéfico que a do ora requerente, que teve seu direito à liberdade reconhecido liminarmente pelo E. TRF3, com a imposição de diversas medidas cautelares mais dispendiosas" ( fl. 18).*

*Defende que: "TODOS os demais corréus, supracitados, possuem situação processual mais benéfica que a do paciente, o que exige tratamento equânime, afastando a necessidade da medidas cautelares mais gravosas" (fl. 24).*

*Obtempera excesso de prazo na aplicação das medidas cautelares diversas da prisão.*

*Requer, em suma, a revogação das medidas cautelares impostas em desfavor do ora paciente ou "Alternativamente, caso Vossas Excelências entendam pela necessidade de medidas cautelares alternativas, que seja, portanto, dado tratamento equânime entre o paciente e os demais réus, afastando a cautelar de fiança e restituindo-o o devido valor, com a expedição do competente alvará, nos termos da fundamentação acima" (fl. 28).*

*A liminar foi indeferida às fls. 1.984-1.986.*

*As informações foram prestadas às fls. 1.992-2.003 e 2.034-2.045.*

*Pedido de reconsideração indeferido às fls. 2.047-2.049.*

O Ministério Público Federal, às fls. 2.059-2.066, manifestou-se pela denegação da ordem, em parecer assim ementado:

*"PENAL E PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ESTELIONATO MAJORADO, FALSIDADE MATERIAL E IDEOLÓGICA (CP, ARTS. 171, § 3º, 297 E 299), LAVAGEM DE DINHEIRO. OPERAÇÃO FAKE MONEY. IMPOSIÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. NECESSIDADE DE GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E CONVENIÊNCIA DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. PARECER PELA DENEGAÇÃO DA ORDEM" (fl. 2059).*

É o relatório.

**Decido.**

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Dessarte, passo ao exame das razões veiculadas no **mandamus**.

Inicialmente, quanto ao alegado excesso de prazo da aplicação das medidas cautelares impostas, tal matéria não foi alvo de deliberação pelo Tribunal de origem, circunstância que impede qualquer manifestação desta Corte Superior de Justiça sobre o tópico, sob pena de se configurar a prestação jurisdicional em indevida supressão de instância.

Ilustrativamente:

*"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA. ART. 41 DO CPP. ATIPICIDADE. NÃO AFASTADA DE PLANO. APROFUNDADO REEXAME DO ACERVO FÁTICO E PROBATÓRIO. INVIABILIDADE NESTA VIA ESTREITA. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO PREVENTIVA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL*

**NÃO CONFIGURADO. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.**

*I - O trancamento da ação penal constitui medida de exceção, justificada apenas quando comprovadas, de plano, sem necessidade de análise aprofundada de fatos e provas, inépcia da inicial acusatória, atipicidade da conduta, presença de causa de extinção de punibilidade ou ausência de prova da materialidade ou de indícios mínimos de autoria.*

*II - Nos termos do art. 41 do CPP, a denúncia conterá a "exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas".*

*III - No caso, a exordial acusatória descreveu os fatos criminosos, em tese, praticados, individualizando as condutas dos recorrentes de forma até mesmo exaustiva para a complexidade da causa, assim, compatível com a fase processual, além de adequada a garantir o exercício da ampla defesa e do contraditório.*

*IV - Segundo pacífica jurisprudência desta Corte Superior, a propositura da ação penal exige tão somente a prova da materialidade e a presença de indícios mínimos de autoria. Prevalece, na fase de oferecimento da denúncia, o princípio do in dubio pro societate.*

*V - No presente caso, é possível verificar a presença dos indícios mínimos necessários para a persecução penal, sendo certo que o acolhimento da tese defensiva - atipicidade das condutas - demandaria necessariamente amplo reexame da matéria fático-probatória, procedimento, a toda evidência, incompatível com a via do habeas corpus e do seu recurso ordinário. Precedentes.*

*VI - A decisão que recebe a denúncia (CPP, art. 396) e aquela que rejeita o pedido de absolvição sumária (CPP, art. 397), não demandam motivação profunda ou exauriente, considerando a natureza interlocutória de tais manifestações judiciais, sob pena de indevida antecipação do juízo de mérito, que somente poderá ser proferido após o desfecho da instrução criminal, com a devida observância das regras processuais e das garantias da ampla defesa e do contraditório. Precedentes.*

*VII - No caso concreto, não tendo se manifestado o eg. Tribunal a quo acerca das medidas cautelares diversas da prisão preventiva, não compete a esta Corte Superior analisar a matéria em supressão de instância, nos termos do entendimento consolidado neste Tribunal Superior, verbis: "**No seio de habeas corpus, não é possível conhecer de temas não tratados na origem, sob pena de supressão de instância**" (AgRg no HC n. 400.382/RS, Sexta Turma, Rel<sup>a</sup>. Min<sup>a</sup>. Maria Thereza de Assis*

**Moura, DJe de 23/06/2017).**

*Recurso ordinário em habeas corpus desprovido.*"  
(RHC 109.737/PR, **Quinta turma, Minha Relatoria**, DJe 04/06/2019-grifei.)

Ressalte-se que a prisão preventiva enquanto medida de natureza cautelar, não pode ser utilizada como instrumento de punição antecipada do indiciado ou do réu, nem permite complementação de sua fundamentação pelas instâncias superiores (**v.g. HC n. 93.498/MS, Segunda Turma, Rel. Min. Celso de Mello**, DJe de 18/10/2012).

Sob tal contexto, a Lei n. 12.403/2011 estabeleceu a possibilidade de imposição de medidas alternativas à prisão cautelar, no intuito de permitir ao magistrado, diante das peculiaridades de cada caso concreto, e dentro dos critérios de razoabilidade e proporcionalidade, estabelecer a medida mais adequada.

Pretende o paciente, em síntese, a revogação das medidas cautelares diversas da prisão impostas em seu desfavor, alegando para tanto que *"TODOS os demais corréus, supracitados, possuem situação processual mais benéfica que a do paciente, o que exige tratamento equânime, afastando a necessidade da medidas cautelares mais gravosas"* (fl. 24), bem como *"o longo decurso de tempo, entre a data dos fatos e os dias atuais, havia fulminado os riscos para a ordem pública ou econômica, e que não haviam provas de que solto, o paciente poderia vir a prejudicar eventual e futura instrução ou, ainda, oferecer risco à aplicação da lei penal, também não subsiste fundamentos para outras cautelares menos gravosas"* (fl. 11), além do valor exorbitante da fiança fixada.

O direito processual penal pátrio **prevê ao magistrado a faculdade da imposição de medidas cautelares que objetivam prevenir, em momento anterior ao da prolação da sentença, novos ataques ao bem jurídico protegido.** Essas medidas, que, repita-se, não têm características de imposição antecipada de pena, existem para que o Magistrado, diante da situação fática apresentada, e antes da condenação definitiva, possa delas se

utilizar, como forma proteger determinados bens e direitos que o legislador elegeu como merecedores de especial proteção jurídica.

A esse respeito, não se pode deixar de mencionar a entrada em vigor da Lei n. 12.403/2011, que promoveu substanciais alterações no Código de Processo Penal Brasileiro ampliando significativamente o rol de medidas cautelares diversas da prisão previstas no referido **codex**. Vale dizer, após a superveniência dessa lei, o magistrado, atento às circunstâncias do caso concreto, pode se utilizar da medida cautelar que mais se aproxime das peculiaridades da situação, sem ter que necessariamente decretar a segregação preventiva do acusado.

Assim, faculta ao julgador, desde que observados os critérios atinentes à proporcionalidade e à adequação da medida, a imposição de providência cautelar diversa da prisão, mas que se revele justa e proporcional à prevenção de reiteração do dano ao bem jurídico causado pelo autor do fato.

No caso dos autos, **tenho que a medida está devidamente fundamentada.**

Na r. decisão impugnada consignou-se que:

*"A prisão é a ultima ratio do sistema penal cautelar e, nesse sentido, se outras medidas resguardarem a ordem pública e a higidez do procedimento investigativo e do futuro processo penal, a segregação não se faz necessária.*

*No caso, a análise detida dos autos, após o processamento do writ demonstra a inexistência de elementos que justifiquem a prisão preventiva do paciente. Com efeito, o decurso de significativo lapso temporal entre as condutas delitivas imputadas ao paciente e a deflagração da operação, que culminou na sua prisão cautelar, sem indicação clara de que tenha havido reiteração delitiva e que esta seja recente, não configura ameaça à ordem pública ou à ordem econômica, tampouco necessidade de garantia da instrução criminal.*

*[...]*

*Considerando, então, a ausência de contemporaneidade entre os supostos fatos criminosos praticados pelo paciente e a data de sua prisão, esta não se justifica. A propósito, repriso a lição de Gustavo Henrique Badaró, no sentido de que "[n]ão se deve aceitar que a prisão preventiva para a garantia da ordem pública seja decretada muito . Difícil aceitar que a necessidade de assegurar tempo após a prática delitiva ou garantir a ordem*

*pública subsista muito tempo depois do cometimento do delito" (Processo penal. 3. ed. rev., atual, e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015: p. 979).*

*Outrossim, apesar de relevantes as justificativas apresentadas pelo juízo impetrado para a demora entre a data da representação e a deflagração da operação, a passagem de significativo tempo entre esses eventos é mais um fator impeditivo à manutenção da prisão do paciente.*

*Além disso, do exame da decisão impugnada (ID 6912871) também não se extraem elementos concretos a demonstrar que, solto, o paciente possa vir a prejudicar eventual e futura instrução ou, ainda, oferecer risco à aplicação da lei penal.*

***Assim, as medidas previstas nos artigos 319, I, II, III, VI e VIII, e 320 do Código de Processo Penal, fixadas na decisão liminar, foram e continuam sendo capazes de acautelar a ordem pública e o processo de origem. Tanto assim é que, até o presente momento, não há notícia de que o paciente tenha descumprido qualquer uma das medidas que lhe foram impostas, o que demonstra a suficiência delas como alternativa à prisão.***

*No que tange à fiança (CPP, art. 319, VIII), considero que tal medida, fixada na decisão liminar, deve ser mantida, mostrando-se proporcional e necessária, não sendo ilegal ou abusiva sua fixação. Ademais, em relação a isso, importante ressaltar que o Ministro Gilmar Mendes indeferiu o pedido de extensão formulado em favor do paciente no habeas corpus nº 164.140/SP, o que é mais um fator a demonstrar sua necessidade e pertinência.*

*Por fim, há que se ter em vista que ainda não há definição concreta de qual seria o juízo competente para o processamento e julgamento dos feitos relacionados à Operação Fake Money, ante a distribuição, em 19 de julho de 2019, do recurso em sentido estrito nº 0003180-02.2018.4.03.6102, interposto pelo Ministério Público Federal (MPF) em face da decisão proferida pelo juízo impetrado, que, em exceção de incompetência oposta por Paulo Roberto Brunetti, que também figura como réu em ação penal relativa à Operação, declinou de sua competência para uma das Varas Federais Criminais de São Paulo.*

*Portanto, sem notícias, até então, de descumprimento de qualquer das medidas alternativas fixadas liminarmente, não há razão que justifique o restabelecimento da medida constritiva Impugnada" (fls. 29-36) .*

**In casu**, as medidas cautelares impostas se mostram absolutamente de acordo com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e adequação, pois, ao meu ver, se amoldam perfeitamente à hipótese.

Confira-se a jurisprudência desta Corte acerca do tema:

**"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA, CORRUPÇÃO ATIVA E PASSIVA, SUPRESSÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO, FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO PÚBLICO, ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. PRISÃO PREVENTIVA REVOGADA PELO TRIBUNAL ESTADUAL. PEDIDO DE REVOGAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS APLICADAS. ADEQUAÇÃO E SUFICIÊNCIA DAS MEDIDAS MENOS GRAVOSAS. PERICULOSIDADE ACENTUADA DO ACUSADO. MODUS OPERANDI DA CONDUTA. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO IMPROVIDO.**

1. O § 6º do art. 282, incluído ao Código de Processo Penal pela Lei n. 12.403/2011, dispõe que "a prisão preventiva será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar (art. 319)".

2. O Tribunal de Justiça do Paraná revogou a prisão preventiva decretada ao acusado, reputando suficiente a aplicação de medidas cautelares alternativas, apesar de estarmos diante de uma suposta organização criminosa, formada, segundo alega o Juízo de primeiro grau, por escritório de advocacia, com atuação dentro do Poder Judiciário, manipulação da mídia e dos juízes atuantes na Comarca, inclusive com queima de petições e documentos originais, além de lesão grave a pescadores, que não receberam os valores que lhe seriam devidos após anos de espera.

3. Caso em que a gravidade do caso e alta periculosidade do recorrente, evidenciadas pelo modus operandi da conduta perpetrada, não indicam suficiente a concessão de liberdade do réu em sua plenitude, sem a fixação de medidas cautelares alternativas à constrição preventiva.

4. O acórdão impugnado atendeu aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, ao considerar que outros meios, diferentes da prisão preventiva, pudessem satisfazer as exigências cautelares da hipótese, com a mesma idoneidade e eficácia, conquanto o comportamento atribuído ao recorrente seja grave e deveras reprovável socialmente.

5. Recurso a que se nega provimento" (RHC n. 66.276/PR, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 23/2/2016, grifei).

**"PENAL. HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. TRANSMISSÃO DE DOENÇA VENÉREA. CRIME CONTINUADO. 1. PRÉVIO REMÉDIO HEROICO JULGADO. PRESENTE WRIT SUBSTITUTIVO DE RECURSO**

ORDINÁRIO. VIA INADEQUADA. 2. PRISÃO PREVENTIVA. REVOGAÇÃO. IMPOSIÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DO ENCARCERAMENTO. ELEMENTOS CONCRETOS A JUSTIFICAR AS CONSTRIÇÕES. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. OCORRÊNCIA. 3. PRODUÇÃO PROBATÓRIA DEFENSIVA. INDEFERIMENTO. DISCRICIONARIEDADE MOTIVADA. 4. FORMAÇÃO DO CONVENCIMENTO DO MAGISTRADO. ELEMENTOS CARREADOS NOS AUTOS. SUFICIENTES. 5. ORDEIRA CONDUÇÃO DO FEITO. OCORRÊNCIA. 6. DIGRESSÕES SOBRE O CONTEÚDO DOS LAUDOS PERICIAIS REALIZADOS PELO IML. TESE DE NULIFICAÇÃO. ANÁLISE FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. 7. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. Por se tratar de habeas corpus substitutivo de recurso ordinário, inviável o seu conhecimento, restando apenas a avaliação de flagrante ilegalidade.

2. Não obstante a necessidade do ergástulo ter restado afastada, determinou o magistrado a fixação de medidas cautelares diversas da prisão, no caso, a suspensão do exercício da advocacia, o comparecimento mensal em juízo e a proibição de se ausentar da comarca, primando o juiz singular por declinar dados concretos dos autos a supedanejar as restrições, conforme recomenda a jurisprudência desta Corte.

3. O indeferimento da almejada produção probatória defensiva mostrou-se escorreitamente fundamentado, pois o magistrado declinou a dispensabilidade das provas pretendidas, inclusive para se evitar a revitimização da criança, enfatizando que, acaso a defesa lograsse fornecer dados concretos a gerar dúvida sobre as declarações da vítima, a conclusão seria a absolvição e não a produção de provas, norteador-se o julgador, portanto, pela discricionariedade motivada.

4. Decerto não ser o magistrado obrigado, se não provocado por fundamentos necessários, a realizar todo e qualquer tipo de prova para a averiguação da autoria e materialidade delitiva, especialmente se os elementos já carreados aos autos ou no aguardo de sua produção revelam-se suficientes para a formação de seu convencimento.

5. A mera insatisfação defensiva com o indeferimento da produção probatória, sem a declinação de robustos e concretos argumentos, não macula o decisum unipessoal pois, in casu, buscou o julgador a ordeira condução do feito, com espreque na estrita legalidade, nos termos do artigo 400, § 1.º, do Código de Processo Penal.

6. Digressões sobre o conteúdo dos laudos

*apresentados pelo Instituto Médico Legal, de modo a acolher tese de nulificação, demandam revolvimento fático-probatório, não condizente com a angusta via do remédio heroico.*

7. *Habeas corpus não conhecido*" (HC n. 329.398/PR, **Sexta Turma**, Rel.<sup>a</sup> Min.<sup>a</sup> **Maria Thereza de Assis Moura**, DJe de 14/12/2015, grifei).

No caso presente, o acórdão impugnado estabeleceu, **fundamentadamente**, as medidas contidas no art. 319 que achou adequadas ao caso concreto. Ademais, diferentemente do alegado pela defesa que alega não subsistirem motivos para a prisão preventiva e para a imposição de medidas cautelares em razão do decurso de tempo, vislumbro que foi revogada a prisão preventiva e analisado a possibilidade da imposição de cautelares justamente em razão da *"ausência de contemporaneidade entre os supostos fatos criminosos praticados pelo paciente e a data de sua prisão[...]* Assim, *as medidas previstas nos artigos 319, I, II, III, VI e VIII, e 320 do Código de Processo Penal, fixadas na decisão liminar, foram e continuam sendo capazes de acautelar a ordem pública e o processo de origem"* Portanto, as medidas cautelares impostas se mostram absolutamente de acordo com os princípios da razoabilidade, proporcionalidade e adequação, pois, ao meu ver, se amoldam perfeitamente à hipótese e revela-se prematura a revogação de tais medidas, que poderão ser revistas por ocasião de eventual sentença condenatória, uma vez que, não se pode olvidar o fato de o **paciente**, **supostamente, fazer parte de organização criminosa especializada e por suposta prática dos crimes de estelionato majorado, falsidade material e ideológica, lavagem de dinheiro no âmbito da denominada operação Fake Money**, circunstância que reforça a manutenção das medidas cautelares pelo **fundado receio de reiteração delitiva**. Portanto, não havendo elementos que indiquem, de maneira inequívoca, a possibilidade de revogação de tais medidas, a manutenção destas se faz necessária.

Nesse sentido, colaciono os seguintes precedentes desta col. Corte Superior:

*"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS  
SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. INADEQUAÇÃO.*

**FURTO E POSSE DE DROGA PARA USO PRÓPRIO. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. PROPORCIONALIDADE E ADEQUAÇÃO. MANUTENÇÃO. DETRAÇÃO PENAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. WRIT NÃO CONHECIDO. [...]**

2. O art. 319 do Código de Processo Penal traz um rol de medidas cautelares, que podem ser aplicadas pelo magistrado em substituição à prisão, sempre observando o binômio proporcionalidade e adequação.

3. Consta dos autos que o juiz de primeiro grau homologou a prisão em flagrante pela suposta prática de furto simples e posse de droga para uso próprio, bem como verificou que o paciente responde a processo pela receptação em comarca diversa. Diante dessas circunstâncias, fundamentou a concessão de liberdade provisória ao conduzido, mediante o cumprimento de determinadas medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP, entre as quais o recolhimento domiciliar noturno e nos dias de folga, além da proibição de frequentar bares, boates e afins.

4. **As condições impostas ao paciente não se apresentam desproporcionais ou inadequadas aos fatos teoricamente cometidos, nem à situação pessoal do agente, pois visam, especialmente, diminuir o risco de reiteração delitiva.**

5. O pleito de detração relacionada com o recolhimento domiciliar não foi objeto da impetração de origem, o que impede a análise da matéria por este Superior Tribunal, sob pena de supressão de instância.

6. *Habeas corpus não conhecido*" (HC n. 387.673/SC, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Ribeiro Dantas**, DJe de 11/05/2017, grifei).

**"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CONDENAÇÃO POR CRIME DE RECEPÇÃO. CONCEDIDO O DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES. MONITORAMENTO ELETRÔNICO. RÉU REINCENTE. NECESSIDADE E ADEQUAÇÃO. RECURSO IMPROVIDO.**

1. Nos termos do art. 321 do Código de Processo Penal, ausentes os requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva, o juiz deverá conceder liberdade provisória, impondo, se for o caso, as medidas cautelares previstas no art. 319 deste Código e observados os critérios constantes do art. 282 deste Código.

2. **Na espécie, a Magistrada considerou que a manutenção de algumas medidas cautelares diversas da prisão, entre elas o monitoramento eletrônico, aplicadas por ocasião da**

*audiência de custódia, seriam suficientes e adequadas para o caso, em atendimento aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, notadamente por se tratar de réu reincidente. Precedentes.*

3. *Recurso ordinário em habeas corpus a que nega provimento*" (RHC n. 81.707/MG, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Reynaldo Soares da Fonseca**, DJe de 16/08/2017, grifei).

**"PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS. DANO AO PATRIMÔNIO PÚBLICO E PRIVADO. MEDIDA CAUTELAR DIVERSA DA PRISÃO. RECOLHIMENTO NOTURNO COM MONITORAÇÃO ELETRÔNICA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. NECESSIDADE DE ADOÇÃO DA MEDIDA COM BASE NO BINÔMIO PROPORCIONALIDADE E ADEQUAÇÃO. HABEAS CORPUS DENEGADO.**

1. *A fixação de medida cautelar prevista no art. 319, CPP, não é ilegal quando motivada em fundamentação que apresentam elementos concretos do caso, aferindo-se a necessidade e adequação.*

2. *Habeas corpus denegado, e revogada a liminar deferida ao paciente e estendida aos corréus*" (HC n. 330.108/MG, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Rogério Schietti Cruz**, Rel. p/ Acórdão Min. **Nefi Cordeiro**, DJe de 9/5/2016, grifei).

Quanto a alegação de que "o valor exorbitante pago a título de fiança deixou o paciente, a mercê da própria sorte, obrigado a se submeter à empréstimos". (fl. 14). Ressalte-se, que da leitura do art. 319 do Código de Processo Penal, mais especificamente de seu inciso VIII, tem-se que a fiança é medida cautelar, e de acordo com o art. 282, § Iº, do mesmo diploma legal, poderá ser aplicada isolada ou cumulativamente, como ocorreu na hipótese dos autos.

A propósito:

*Art. 282. As medidas cautelares previstas neste Título deverão ser aplicadas observando-se a: I - necessidade para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais;*

*II - adequação da medida à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do indiciado ou acusado.*

**§ 1º As medidas cautelares poderão ser aplicadas isolada ou**

*cumulativamente.*

[...]

**Art. 319. São medidas cautelares diversas da prisão:**

[...] **VIII- fiança**, nas infrações que a admitem, para assegurar o comparecimento a atos do processo, evitar a obstrução do seu andamento ou em caso de resistência injustificada à ordem judicial;

**IX- monitoração eletrônica.**

**In casu**, não verifico a ausência de proporcionalidade da aplicação da fiança eis que devidamente esclarecidas no v. acórdão da Corte local que destacou que: "**No que tange à fiança (CPP, art. 319, VIII), considero que tal medida, fixada na decisão liminar, deve ser mantida, mostrando-se proporcional e necessária, não sendo ilegal ou abusiva sua fixação.** Ademais, ir contrário ao decidido demandaria revolvimento fático-probatório inviável na via estreita do Habeas corpus.

No que tange a alegação de que: "**TODOS os demais corréus, supracitados, possuem situação processual mais benéfica que a do paciente, o que exige tratamento equânime, afastando a necessidade da medidas cautelares mais gravosas**" (fl. 24), **in casu**, consoante extrai-se do **acórdão impugnado** : "**o Ministro Gilmar Mendes indeferiu o pedido de extensão formulado em favor do paciente no habeas corpus n° 164.140/SP, o que é mais um fator a demonstrar sua necessidade e pertinência**".[...]Por fim, há que se ter em vista que ainda não há definição concreta de qual seria o juízo competente para o processamento e julgamento dos feitos relacionados a Operação Fake Money, ante a distribuição, em 19 de julho de 2019, do recurso em sentido estrito n° 0003180-02.2018.4.03.6102, interposto pelo Ministério Público Federal (MPF) em face da decisão proferida pelo juízo impetrado, que, em exceção de incompetência oposta por Paulo Roberto Brunetti, que também figura como réu em ação penal relativa à Operação, declinou de sua competência para uma das Varas Federais Criminais de São Paulo". Portanto, no caso dos autos e, conforme extrai-se do acórdão objurgado, o atendimento do pleito não se mostra cabível, pois, ainda que lançados fundamentos pelo impetrante quanto à possível **situação processual mais benéfica dos demais corréus em relação a do paciente, a ensejar a substituição das medidas cautelares impostas**, não foram juntados aos autos

# *Superior Tribunal de Justiça*

provas documentais a comprovar o pleito defensivo.

Diante de tais considerações, portanto, **não se vislumbra a existência de qualquer flagrante ilegalidade passível de ser sanada pela concessão da ordem de ofício.**

Ante o exposto, **não conheço do presente habeas corpus. P.I.**

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro Felix Fischer

Relator